

## ESTADO DA ARTE – EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Adriana Araújo do Bomfim<sup>1</sup>  
Mirtes Ribeiro de Lira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Considerando a importância e necessidade de uma pesquisa bibliográfica que venha subsidiar o embasamento teórico de um determinado estudo, o Estado da Arte oportuniza uma visão mais abrangente acerca das publicações relacionadas ao tema, além de fornecer os caminhos a serem percorridos durante a pesquisa. Nesse sentido, “o estado da arte visa reunir, organizar e relacionar as pesquisas sobre determinado tema, possibilitando um panorama e uma leitura crítica acerca de determinado assunto” (BEIRIGO; CINTRA, 2016, p.4).

A busca por publicações que abordem a Educação Especial no contexto do Plano Nacional de Educação proporcionou uma análise mais detalhada da temática, bem como verificar a relevância e contribuições dos estudos no contexto acadêmico e educacional. A composição desse trabalho ocorreu mediante o levantamento de trabalhos publicados entre os anos de 2014 a 2020. A escolha por esse período justifica-se devido o ano de aprovação do atual PNE que foi em 2014 e o período da pesquisa que ocorreu entre os anos de 2019 e 2020.

### METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de periódicos que abordassem a temática da Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, sendo localizadas 07 revistas que continham os descritores e combinações como “Plano”, relacionado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME). Realizou-se a leitura de títulos e resumos, e em seguida, foi feita a leitura na íntegra e a análise dos artigos selecionados. Na análise descritiva foram observados os seguintes dados: autores e ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, características da amostra, métodos (tipo e característica da intervenção) e resultados principais.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Curso do Programa de Pós-graduação Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGDPI) da Universidade de Pernambuco - UPE, [adriana.araujob@hotmail.com](mailto:adriana.araujob@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação, Docente do Programa de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGDPI) da Universidade de Pernambuco - UPE, [mirtes.lira@upe.br](mailto:mirtes.lira@upe.br).

O atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005 de 25 de julho de 2014, constitui um eixo condutor das políticas públicas em educação. O principal objetivo dessa lei é a articulação entre União, Estados e Municípios na elaboração e execução de políticas educacionais “capazes de melhorar de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação brasileira (BRASIL, 2014).

O PNE(BRASIL, 2014), apesar de apresentar metas de amplo alcance, indicando grandes desafios para a melhoria da educação nacional, configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento. Outro aspecto a ser realçado refere-se á dinâmica global de planejamento adotada, em que não se efetivou a organicidade orçamentária para dar concretude às metas do PNE, na medida em que o Plano não foi levado em conta no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) e de suas revisões.

A esse respeito, Saviani (2014) aponta que a efetivação do Plano Nacional de Educação, depende da repartição das responsabilidades entre os entes federativos, de forma que todos estejam voltados para o mesmo objetivo, que é de assegurar o direito a uma educação com o mesmo padrão de qualidade para todos os brasileiros. Assim os entes federativos terão suas obrigações na medida de suas particularidades e de suas competências específicas.

Nessa perspectiva, a política de inclusão educacional compreende que os sujeitos com deficiência devem ter acesso à educação, participar das atividades educativas e aprender. Contudo, a garantia de uma educação inclusiva de qualidade envolve uma grande possibilidade de ações, e para isso, a União, em parceria com os Estados e Municípios, devem prover os recursos e condições necessárias de acesso e permanência aos espaços escolares.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o estudo em questão, foi realizado um levantamento de periódicos que abordassem a temática da Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, sendo localizadas 07 revistas. Segue abaixo o quantitativo de artigos publicados em cada periódico no referido período.

Tabela 01 – Quantidade de publicações entre os anos de 2014 à 2020.

Revistas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Revista Brasileira em Educação Especial	41	41	41	41	40	41	46	<b>291</b>

Revista Educação Especial	53	53	51	51	64	84	78	<b>434</b>
Revista Educação Especial em Debate	-	-	16	16	16	16	8	<b>72</b>
Revista Educação Inclusiva	-	-	-	11	18	16	20	<b>65</b>
Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva	-	-	-	-	23	12	7	<b>42</b>
Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	8	20	20	21	32	24	10	<b>135</b>
Revista Educação, artes e Educação Especial	17	18	25	31	37	39	43	<b>210</b>
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>132</b>	<b>153</b>	<b>171</b>	<b>230</b>	<b>232</b>	<b>212</b>	<b>1249</b>

Fonte: Elaboração própria.

Considerando o interesse por estudos relacionados com a Meta 04 que trata a Educação Especial no Plano Nacional de Educação, optou-se em realizar a pesquisa utilizando o descritor “Plano”, no escopo de busca todos os índices com enfoque nos títulos e nas palavras-chave, resultando assim em 76 (setenta e seis) artigos encontrados conforme quadro a seguir.

Como critério de inclusão foi adotado todos os artigos que contivesse a palavra “Plano” relacionado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME). Foram excluídos todos os artigos que a denominação “Plano Individual de Atendimentos” e seus similares não fizessem relação com o PNE ou PME.

Vale salientar que escolha da palavra se deu por abranger o maior número possível de artigos. Segue abaixo o quadro referente ao quantitativo de artigos em cada revista que contemplavam o descritor “Plano”.

Tabela 02 – Quantidade de artigos localizados entre os anos de 2014 à 2020.

Revistas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Revista Brasileira em Educação Especial	-	01	03	02	-	-	01	<b>07</b>
Revista Educação Especial	01	-	02	01	09	17	10	<b>40</b>
Revista Educação Especial em Debate	-	-	01	02	01	02	-	<b>06</b>
Revista Educação Inclusiva	-	-	-	-	-	07	04	<b>11</b>
Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva	-	-	-	-	-	02	-	<b>02</b>
Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial	-	02	01	02	-	02	01	<b>08</b>
Revista Educação, artes e Educação Especial	-	-	-	-	01	-	01	<b>02</b>
<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>11</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>76</b>

Fonte: Elaboração própria.

Como critério de inclusão foi adotado todos os artigos que contivesse a palavra “Plano” relacionado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Municipal de Educação (PME). Foram excluídos todos os artigos que a denominação “Plano Individual de Atendimentos” e seus similares que não fizesse relação com o PNE ou PME.

Das sete revistas pesquisadas, a busca localizou 76 artigos, entretanto, os estudos encontrados na *Revista Brasileira em Educação Especial*, *Revista Educação Inclusiva*, *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, e *Revista Educação, Artes e Educação Especial*, não contemplaram o objeto de estudo desta pesquisa.

Com base nos critérios de inclusão e exclusão citados acima, foram selecionados 04 (quatro) artigos por se assemelharem com o referido objeto de estudo conforme quadro a seguir:

Tabela 03 - Total de artigos selecionados em cada revista.

Revistas	Total de artigos localizados	Artigos selecionados
Revista Educação Especial	40	01
Revista Educação Especial em Debate	06	02
Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva	02	01
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>04</b>

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente serão descritos os dois artigos da *Revista Educação Especial em Debate*.

Criada em 2016, a *Revista Educação Especial em Debate* da Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo contribuir para a divulgação da produção acadêmico-científica nacional e internacional na área da Educação Especial. Com publicação semestral, a revista divulga, promove e debate a produção científica na área de Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar, como relatos de pesquisa, traduções e resenhas de obras científicas.

Assim, o primeiro artigo intitulado “Educação Especial, Inclusão Social e a Meta 4 do PNE: um recorte no município do Rio de Janeiro”, de autoria de Garcia e Pereira (2018), teve como objetivo analisar a aplicabilidade da Meta 4 do Plano Nacional de Educação no

município do Rio de Janeiro. Os resultados obtidos revelam que as perspectivas de acessibilidade presentes na Meta 4 transpassam o âmbito educacional, exigindo da sociedade, uma mudança que venha a contribuir na efetiva aplicação da referida Meta, tanto no Rio de Janeiro quanto em todos os entes federados.

O outro trabalho da referida revista é “A formulação e implementação da Meta 4 do PNE: a inclusão total e a inclusão preferencial, entre o público e o privado”, Lima e Silva (2019), que teve como objetivo analisar a compreensão dos sujeitos envolvidos com a formulação e a implementação da Meta 4 do PNE. Os resultados desse estudo permitiram desvelar os antagonismos que se estabeleceram no decorrer do processo de formulação da meta 04 do PNE. Também foi possível evidenciar a compreensão que os agentes de implementação tem em relação a política analisada, bem como debater as fragilidades do processo de implementação, segundo a visão dos sujeitos envolvidos.

O terceiro artigo aqui descrito foi publicado na *Revista Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva* da Universidade Federal do Amazonas, sendo a primeira revista a abordar a temática no Estado. Seu objetivo é a divulgação de conhecimento em Educação Inclusiva, com temáticas relacionadas à Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação para Relações Étnico-Raciais, Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental.

O artigo selecionado nesta revista foi “Educação Especial no PNE: A meta 4 sob a ótica dos agentes de implementação”, Lima (2019). O presente estudo, buscou analisar a compreensão dos agentes de implementação da Meta 4 do PNE, quanto aos antagonismos entre os que defendiam a inclusão total e os que reivindicavam a coexistência entre escolas inclusivas e escolas especiais.

Neste estudo, Lima (2019, p. 67) destaca a coexistência entre as escolas inclusivas e as escolas especiais, considerando a “concordância entre os entrevistados da necessidade de manutenção das escolas especiais, tendo em vista a existência de inúmeras realidades vivenciadas”.

Verifica-se que este artigo apresenta semelhanças no objetivo e nos resultados do estudo citado anteriormente.

Por último, o artigo da *Revista Educação Especial*, intitulado “Pensando a inclusão que temos para tecer a inclusão que queremos: refletindo sobre a (re) orientação político-pedagógica do PME de Itaguaí/RJ”, de autoria de Andrade e Damasceno (2019), foi publicado na *Revista Educação Especial*. Este periódico tem como finalidade disseminar apenas artigos inéditos na área de Educação Especial, a partir de pesquisas e práticas articuladas no campo.

A revista tem o Português (Brasil) como idioma principal, mas os textos podem também ser escritos em inglês, espanhol e francês.

O referido artigo tem como objeto de investigação o Plano Municipal de Educação de Itaguaí/RJ, que foi reformulado no ano de 2015, com validade até o ano de 2025, destacando a sua implementação, e fazendo referência ao Plano Nacional de Educação 2014-2024. O objetivo desse estudo foi pesquisar/problematizar qual (re)orientação inclusiva está instituída para o atendimento pedagógico e educacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial do Município. Como resultado obtido, foi identificado que o PME (2015) representa uma significativa conquista para a educação do município, pois apresenta disposições político-pedagógicas que colaboram com a inclusão escolar de estudantes público alvo da Educação Especial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Meta 04 do PNE constitua um importante norteador na efetivação da Política de Educação Inclusiva, os resultados obtidos nesse Estado da Arte evidenciam a ausência de estudos relacionados a execução da Meta 04 no PNE. Nesse sentido, é possível afirmar a relevância desta pesquisa quanto a reflexões na implementação das Políticas de Educação Especial, especificamente, no contexto do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

As escolas comuns representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade pautada no respeito à diferença e dar educação para todos. Partindo desse pressuposto, o Atendimento Educacional Especializado no ensino regular constitui um espaço formativo capaz de favorecer a inclusão das pessoas com deficiência, enquanto proposta complementar à sala comum. Essa inclusão implica em práticas escolares que proporcionem relações significativas dentro da perspectiva de aprendizagem colaborativa, capazes de remover barreiras ao acesso e à participação dessas pessoas na aprendizagem e na sociedade.

**Palavras-chave:** educação especial, educação inclusiva, ensino regular, plano nacional de educação, plano municipal de educação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. F.; DAMASCENO, A. R. **Pensando a inclusão que temos para tecer a inclusão que queremos:** refletindo sobre a (re) orientação político-pedagógica do PME de Itaguaí/RJ. Revista Educação Especial, v. 32, p. 1-16, 2019.

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021  
BEIRIGO, J. A. C.; CINTRA, V. P. **Deficiência Visual e Educação Matemática**: estudo dos artigos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Educação Matemática. Ensino em Re-Vista, p. 1261-1285, 2019.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, 2014.

GARCIA, R. M; PEREIRA, E. G. B. **Educação especial, inclusão social e a meta 4 do PNE**: um recorte no município do Rio de Janeiro. Revista Educação Especial em Debate, n. 06, p. 116-136, 2018.

LIMA, R. P. **Educação Especial no PNE**: a meta 4 sob a ótica dos seus agentes de implementação. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, v. 2, n. 3, p. 51-69, 2019.

LIMA, R. P.; SILVA, Q. L. **A formulação e implementação da meta 4 do PNE**: entre a inclusão total e a inclusão preferencial, entre o público e o privado. Revista Educação Especial em Debate, v. 4, n. 7, p. 112-132, 2019.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.